

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO BIOMAS SOBRE A MATA ATLÂNTICA

Belo Horizonte/MG

Aos dezanove dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, na sede do Ministério Público de Belo Horizonte, iniciou-se a primeira Audiência Pública do Projeto Biomas do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a Presidência do Conselheiro Nacional e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, Jarbas Soares Júnior. Presentes na Mesa de Trabalho o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Carlos André Mariani Bittencourt, o Corregedor-Geral do Ministério Público, Procurador de Justiça Luiz Antônio Sasdelli Prudente, o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Alceu José Torres Marques, o Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Promotor de Justiça, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, o Presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Procurador de Justiça Nedens Ulisses Freire Vieira e a Procuradora de Justiça do Estado de Ceará e membro colaboradora do Conselho Nacional do Ministério Público na Comissão de Direitos Fundamentais, do Grupo de Trabalho do Meio Ambiente, Sheila Pitombeira. Iniciados os trabalhos de abertura, o Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes e em seguida falou sobre o que é o projeto Biomas e também qual a razão destas Audiências Públicas. Explicou que as Audiências Públicas serão realizadas em todos os Estados para avaliar a atuação do Ministério Público Brasileiro na defesa dos Biomas e verificar como o Conselho Nacional do Ministério Público pode incrementar e apoiar as ações do MP na defesa do meio ambiente. Em seguida, o Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Carlos Eduardo Ferreira Pinto, cumprimentou a todos os colegas da Mesa e também falou sobre a importância desta Audiência Públicas para fazer com que os Ministérios Públicos dos Estados possam atuar de maneira homogênea na defesa dos Biomas. Finalizando a abertura, o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Carlos André Mariani Bittencourt, que fez algumas considerações finais e reafirmou a importância da Audiência Pública. Dando início à fase de manifestações, o Presidente da Mesa esclareceu que inicialmente será feita uma abertura com a SOS Mata Atlântica, que tem conhecimento sobre o tema. Posteriormente, será o ouvido o Secretário de Estado do Meio Ambiente, que falará especificamente sobre a visão do governo e especificamente também do Estado de Minas Gerais. Em seguida, será passada uma lista de inscrições em que será coordenado o tempo para que, no final, todas as falas sejam compiladas e disponibilizadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público para todo Brasil e feito um relatório final sugerindo as providências eventualmente a ser adotadas, no caso pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Logo após, a Sra. Márcia Hirota, Diretoria Executiva e de Gestão do Conhecimento da Fundação SOS Mata Atlântica, saudou a todos e parabenizou o CNMP pela iniciativa do projeto BIOMAS, ressaltando falar também em nome do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Depois, explicou que a parceria com o Ministério Público começou na gestão do Doutor Alceu José Torres Marques, agora Secretário de Meio ambiente de Minas, sendo bastante importante o surgimento dessa abertura institucional e do comprometimento das pessoas para o desenvolvimento de determinadas atividades, deixando registrado em Audiência Pública que a SOS Mata Atlântica estaria à disposição pra colaborar com todos os Ministérios Públicos Estaduais dos dezessete Biomas da Mata Atlântica. Passou então a narrar que sua entidade, com sede em São Paulo, vem, há vinte e oito anos, atuando em prol da proteção desse Bioma, mas também tendo trabalho em várias regiões, inclusive no Estado de Minas Gerais, onde há anos vem sendo feito um



trabalho em prol da Mata Atlântica. Além disso, citou que a referida instituição vem atuando não só na região continente, mas também nas zonas costeira e marinha, em prol da Mata Atlântica, um patrimônio nacional. Por conta do desconhecimento da população acerca de características fundamentais do Bioma, a fundação tem como meta levar essa informação ao grande público. O trabalho de monitoramento começou em mil novecentos e oitenta e nove, inicialmente em parceria com outras entidades, e foi feito todo o esforço para que ela tornasse patrimônio nacional, depois, durante quatorze anos, pra que o país tivesse uma lei específica como está regido na Constituição Federal, ocorrendo hoje de a Mata Atlântica ser o único bioma que tem uma lei específica. Em decorrência do dia vinte e sete de maio ser o seu Dia Nacional, seria compromisso da fundação relatar anualmente como ela se encontra, quais são as regiões mais críticas, onde estão os desmatamentos e, na medida do possível, desenvolver um trabalho mais pontual com vistas a ser desenvolvido uma prevenção das áreas onde se percebe uma regeneração natural. Após, citou que o impacto sobre a florestas, desde o descobrimento do Brasil e desde a descoberta pelo europeus, tem sido de forma bastante agressiva, devastadora, observando-se desmatamento em várias regiões, com Minas Gerais tendo sido apontado como o Estado campeão pelo quinto ano consecutivo, embora seja aquele com maior cobertura florestal nativa, chegando a responder por sessenta e sete por cento do total de desmatamento em todos esses anos pesquisados, quer seja de quase trinta anos de estudo. Minas Gerais também responde pelos municípios campeões de desmatamento, principalmente na região do vale do Jequitinhonha. Citou que em todo esse período de vinte e nove anos de estudo, observou-se um total de dezoito mil quinhentos e oito quilômetros quadrados de desmatamento. Discorreu que desde o ano de dois mil e seis há queda nessas números, compreendendo ser reflexo de um esforço coletivo; um trabalho não só do poder público, mas de fiscalização da sociedade civil por meio de todo o trabalho com as denúncias que foram feitas, havendo maior conhecimento da sociedade para que hoje se alcancem, em determinados estados, a quase no desmatamento zero, como no caso do Rio de Janeiro. No caso de Minas Gerais, embora tenha sido campeão nesse último levantamento, já houve uma queda drástica, havendo preocupação com o aumento nos últimos dois anos, de cerca de nove por cento comparado com o ano anterior e atualmente em oito e meio por cento. Com o desenvolvimento tecnológico atual há uma base fixa que permite a realização de estudos de forma mais ágil. No último ano constatou-se vinte e três mil novecentos e quarenta e oito hectares de desmatamento. Assim, pontuou que, considerados dez estados onde forma realizados monitoramentos, houve um aumento de nove por cento comparado com o período anterior. Após passou a apresentar algumas regiões mapeadas no slide de apresentação, citando que cerca de oitenta por cento do que resta de Mata Atlântica está em mãos particulares, induzindo a SOS Mata Atlântica a fazer parceria com a conservação internacional, um programa de incentivo às reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica, para que proprietários de terras também participem desse esforço de conservação. Logo em seguida destacou o trabalho em conjunto ao Ministério Público, de identificação de algumas áreas, principalmente na região do Vale do Jequitinhonha. Esse trabalho serviu não apenas para pressionar o poder público, mas também para fomentar a atuação de forma concreta, o que resultou em ações judiciais. Indicou ainda o endereço eletrônico mapassosmo.org.br, havendo a síntese dos dados por estado, por município, por bacia hidrográfica. Em momento posterior, o Sr. Marcos passou a demonstrar a metodologia de estudo do mapa, com alguns exemplos, como das áreas desmatadas em determinado período, uma área de queimada, percebendo, pela limitação de pesquisa, que existe mais desmatamento que a SOS divulga, como no caso de certas formações de floresta, ou que não tem porte florestal, que até tiveram algum sinal de alteração, porém não foram incluídas no levantamento da SOS. Após, passou a apontar alguns elementos específicos do biomas, como as classes de restinga, as classe de manguezal, as formações de mangue, os campos de altitude, os cantos naturais, os refúgios vegetacionais, após passou a demonstrar um exemplo de interpretação dos dados analisados, chegando ao parecer que seria até fácil de confirmar a hipótese de desmatamento, com pequena quantidade de falsos positivos, havendo de fato



problema na ausência de identificação dos demais casos não devidamente identificados. Informou haver imagens acessíveis pros órgãos governamentais existentes em site bastante interessante chamado Geo Catálogo, do Ministério do Meio Ambiente. Em próximo momento o Sr. Mario Cesar Mantovani (Diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica) iniciou sua fala com o agradecimento a todos pela oportunidade da SOS falar, citando também a possibilidade da fundação poder trabalhar com os candidatos à Presidência, como o senador Aécio Neves. Após, narrou a trajetória da fundação da defesa do meio ambiente, citando até terem sido acusados de serem contrários ao desenvolvimento nacional. Teceu a consideração de que o país passa pelo pior momento da legislação ambiental, com destruição de norte a sul, sem maior proteção das leis e sem possibilidade de reversão do processo degradativo. Reclamou também da autorização prevista no Código Florestal para desmatamento de áreas de até 4 módulos, com iminência de um desastre absurdo numa região que já não conta com mais nada. Passou a ressaltar a importância dos conselhos do meio ambiente, descrevendo ter participado da criação de duzentos e cinquenta conselhos, sendo que cem por cento deles brigaram com os prefeitos e são organizações não governamentais que surgiram no estado de São Paulo. Reclamou também do fato dos municípios fazerem licenciamento ambiental sem contarem anteriormente com um Plano Municipal de Mata Atlântica. Contestou ainda a proposta de redução dos cinco metros das APPs, bem como o fato do país gastar mais dinheiro com desassoreamento do que com saneamento, e finalmente com o fato da presidente da república entregar o Poclain (escavadeira que está sendo entregue, município por município) pra tirar terra de dentro de rio. Citou a importância dos municípios elaborarem planos de meio ambiente, exemplificando com Caxias do Sul, cidade com quinhentos mil habitantes. Continuou ao citar a importância de haver engajamento da sociedade e das instituições públicas, principalmente com o fortalecimento do conselho municipal. Finalizou com a informação de que o site onde constam todas esses dados é o próprio da SOS Mata Atlântica, com todos os planos municipais de mata atlântica aprovados até agora, com a metodologia a forma de trabalhar. Após, o Conselheiro Jarbas Soares reconheceu a relevância do Ministério Público Brasileiro ter um parceiro desse nível de comprometimento de conhecimento, além da capacidade, visão crítica e independência política para apontar a grave situação da Mata Atlântica no Brasil. Citou então a lista de instituições presentes, como o Movimento pelas Serras e Águas de Minas, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores, colegas de Ministério Público de Minas Gerais, Conselho Ambiental da Biosfera, o Movimento Mineiro de Direitos Humanos. Passou então a explicar que a audiência pública não é um seminário, pois se caracteriza por ser uma discussão entre os presentes para formar as convicções, dentro do espectro de atuação do Conselho Nacional do Ministério Público. Deixou também registrado como bastante interessante a possibilidade do Ministério Público ou cada ministério público realizar convênios com o Ministério do Meio Ambiente para ter acesso ao Geo Catálogo, lembrando ser um dos principais objetivos da referida audiência a avaliação da atuação do Ministério Público na defesa da Mata Atlântica, buscando eficiência de seu papel, dos resultados e o comprometimento da instituição. Citou também não que não estariam ali para avaliarem a atuação do Poder Judiciário e sua responsabilidade, mas somente a atuação do Ministério Público, embora o Poder Judiciário tenha sido um dos foros de dificuldade da atuação do Ministério Público. Com a palavra, Alceu José Torres Marques - Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, parabenizou o Conselheiro Jarbas Soares por criar essa oportunidade para que os membros do Ministério Público Brasileiro tenham uma seara específica para tratar sobre Biomas, principalmente na questão da Mata Atlântica, dada a importância do tema e falou sobre sua experiência como Secretário de Estado do Meio Ambiente e sobre as dificuldades enfrentadas nesse cargo. Ressaltou que a visão do fiscal e a do construtor é a mesma e disse que a fiscalização tem uma visão muito focada, pontual e o construtor tem necessariamente de ter uma visão mais aberta e mais multifacetária, sem evidentemente focar na lei e naquilo em que deve ser feito. Passou a palavra para Daniela Diniz Farias, Subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da SEMAD, que se apresentou e esclareceu que faria uma apresentação da ótica do



que o Sistema Estadual de Meio Ambiente vem fazendo com relação à temática. Esclareceu que o ano de 2013 foi um ano bastante emblemático, pois foi quando foram lançados os dados da SOS Mata Atlântica e Minas Gerais foi considerado pelo quarto ano consecutivo como o maior desmatador do país, sendo que o que impactou muito foi em relação às quedas que vinham sendo efetivadas pelos últimos anos e que naquele ano de 2013 houve um aumento significativo do desmate. Ressaltou que isso chamou muito a atenção e juntamente a este fato o Ministério Público deu ênfase à questão fazendo atos autorizativos concedidos, permitindo o desmatamento de forma ilegal. Isso chamou a SEMAD especialmente para uma revisão do que estava sendo feito e que medidas precisavam ser tomadas dali para frente para reverter esse quadro e mostrou as manchetes na época em sua apresentação. A partir de 2013, houve a moratória, que foi uma Resolução da Secretaria de Meio Ambiente que impedia a edição de atos autorizativos de extração de vegetação de Bioma Mata Atlântica, tendo em vista que, segundo os dados que haviam na Secretaria, eram nos últimos anos quase que oitenta por cento dos atos autorizativos. Outro grande fato que marcou esse ano foi o lançamento dessa chamada Força Tarefa Mata Atlântica, a partir de um decreto do então governador, e chamava um grupo de governo pra se unir e rever as questões voltadas para o Bioma Mata Atlântica. Esse grupo é formado não só pela SEMAD, mas também pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Agricultura, pela Polícia Militar, Civil e pelo Instituto Estadual de Floresta. Este grupo reunia-se periodicamente e começou a identificar quais eram os maiores problemas com relação ao Bioma Mata Atlântica. Reforçou que Minas Gerais não está olhando o tema Mata Atlântica sob a ótica da Secretaria do Meio Ambiente, mas sim, por uma visão do Estado. Afirmou que a mudança de comportamento em relação a essa inversão de ranking não se restringe a atos provenientes da Secretaria de Meio Ambiente, mas que é preciso fomento de várias ações pra resultar em um resultado contundente. Disse que a SEMAD vem atuando muito sobre as questões das medidas de controle e nas ações fiscalizatórias, citando as três principais, que foram operações especiais. Reafirmou que setenta por cento dos municípios que mais desmatam são os com menos de cinco mil habitantes, portanto é preciso investir em fomento nas áreas menos desenvolvidas. Falou também da importância da capacitação de gestores municipais para implementação dos planos e que é necessário investimento em tecnologia. Explicou que o plano é dividido em cinco capítulos, sendo esses: fomento florestal, tecnologia da informação, regularização e normatização, política florestal e fiscalização e falou sobre os valores que deverão ser aplicados no plano. Lembrou que este não é um plano de execução imediata pois ele será executado ao longo de quatro anos compreendidos entre dois mil e quatorze e dois mil e dezessete. Falou da grande conquista que foi a parceria com o Ministério Público que englobou um projeto de fiscalização da Mata Atlântica em um TAC. Falou que no ano de 2014 investiram em duas grandes operações também e que essas operações tem sido focadas nessas regiões que o SOS identifica como sendo as maiores desmatadoras, que é o Alto Mucuri, o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas. Falou sobre a Operação Macaco Muriqui que teve como objetivo coibir desmatamento de Mata Atlântica e apresentou seus resultados. Afirmou que a SEMAD tem o Ministério Público como um grande parceiro e que se sabe que é sequencial a questão de se fazer as alterações e de remessa das informações pra conclusão desses inquéritos criminais. Disse também que a segunda operação que fizeram foi a maior que aconteceu na região do norte de Minas, e também tinha como objetivo coibir desmatamento de Mata Atlântica nos municípios de Manga, Montalvânia e Juvenília e falou como foi realizada a operação, sua metodologia e mostrou algumas imagens. Manifestou seu incômodo com essa liderança do Estado como grande desmatador e reforçou que a temática da Mata Atlântica é tratada com muita responsabilidade pela SEMAD e o compromisso de reverter esse quadro. Novamente com a palavra Alceu José Torres Marques - Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, que adiantou que também estão investindo em serviço de inteligência na Secretaria de Meio Ambiente e que irão buscar a contratação de uma empresa nesse viés ou de consultoria e falou que conseguiram mais duas aeronaves pra poder fazer o mapeamento e monitoramento. Reafirmou



que para continuar pensando em licenciamento e desenvolvimento, é preciso ter a retaguarda da fiscalização. O Mestre de Cerimônias abriu para a fase de manifestações dos interessados expressarem suas reclamações e constatações. A Subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da SEMAD, Daniela Diniz Farias fez um pequeno acréscimo ressaltando a importância da aquisição destas aeronaves e agradecendo-o pelo empenho nesse sentido. Com a palavra o Germano Luis Gomes Vieira, Chefe de Gabinete da SEMAD. Registrou alguns elogios ao Dr. Alceu José Torres Marques. Ressaltou que um dos trabalhos que começaram a dar certo é o de normatização e regularização, porque muitas das análises técnicas que são feitas no processo dependem, de uma conjuntura jurídica com clareza e que isso faltava dentro do regime da Mata Atlântica no que diz respeito às tipologias do Cerrado, que são incluídas dentro do mapa do IBGE e incluídos pelo regime jurídico. Então, a partir dessa necessidade, definiu-se que seria criado um grupo de trabalho para equacionar a metodologia, e foram chamadas outras Secretarias afetas, e depois o Ministério Público. Disse que com o advento da Lei da Mata Atlântica e do Cerrado, um regime jurídico englobaria não somente refúgios habitacionais, mas também as formações savânicas. Por isso, o grupo de trabalho que foi criado teve por base algumas questões, por exemplo, saber efetivamente o mapa que define, o regime de aplicação, saber que os Biomas não são separados por muros e que, por isso, existem disjunções e encaves que também devem ser protegidos. Disse também que a grande questão que surgiu foi “nós precisamos definir as características que vão nos levar a estabelecer estágios sucessorial dessas tipologias de Cerrado”, e em razão disso vem a dificuldade, porque as formações savânicas por característica às vezes se torna difícil estabelecer o estágio sucessorial, sendo mais prático pensar nessa definição através de estágios de conservação, e não só estágios sucessorial. A partir disso, foram convidadas algumas instituições que fazem parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente e tentaram chegar a um produto que fosse proposto ao Conselho Estadual que define as regras ambientais no Estado através de suas deliberações normativas. Registrou que uma das evoluções dessas discussões foi que o método para definir os estágios sucessoriais das tipologias de Cerrado seria o multicritério. Acrescentou que chegaram a quatro métricas e a partir dessas métricas chegaram a algumas definições que foram aprovadas e, na reunião final, o grupo de trabalho propôs diretivas a serem seguidas pela SEMAD na norma que seria proposta ao Conselho Estadual. Outra questão muito categórica resultante do grupo de trabalho foi a necessidade definir as formações florestais das campestres porque as duas estariam com a ocorrência dentro dessa deliberação normativa. Falou sobre a metodologia utilizada para a definição da florestal de Minas Gerais. A partir da apresentação da metodologia, afirmou que um dos esclarecimentos que teve que dar era de que não estava sendo feito nenhum tipo de restrição, mas sim dando segurança jurídica no que se pode ou não fazer dentro do regime de Mata Atlântica. Manifestou que quando o grupo de trabalho foi definido havia dois objetivos: estágio das formações campestres, savânicas dentro da Mata Atlântica e o Bioma Cerrado. Manifestou que a única lei federal que se tem hoje é a Lei da Mata Atlântica, e em razão da necessidade de se definir também regras para o Cerrado, o grupo de trabalho, uma vez definida essa metodologia e aprovada pelo COPAM, terá matéria-prima para trabalhar. Essa proposta de deliberação normativa foi pautada em junho, na Câmara Normativa Recursal do COPAM, mas os próprios conselheiros solicitaram que a SEMAD pudesse coordenar reuniões entre esses conselheiros e o grupo de trabalho, que tinha concluído a primeira proposta pra que eles pudessem entender melhor a proposta. Ressaltou que melhorias vieram sobretudo do Ministério Público, que convocou a contribuição da academia através de professores da UFMG e puderam muito contribuir com algumas propostas e afinar o trabalho que foi feito e explicitou essas contribuições. Uma das correções nessa proposta foi tratar os refúgios vegetacionais de uma forma diferenciada e foi acordado que serão aplicadas pela SEMAD as posturas descritas na Resolução 423 do CONAMA, com a obrigação da SEMAD de editar uma nota orientativa a todas as superintendências regionais, alinhando quais são os critérios que tem que ser adotados nas informações complementares e nos documentos solicitados para aplicação da referida Resolução. Afirmou que um grupo de trabalho específico será criado ou



continuado para a questão da metodologia específica dos refúgios vegetacionais da parte acordada até o momento que são as formações savânicas. Um participante que não se identificou iniciou sua manifestação ressaltando que tudo que está sendo dito na Audiência faz parte de um contexto de tentar buscar ciência na gestão ambiental. Concluiu dizendo que a mesa de mediação está de portas abertas para todo mundo, convidando a todos para observarem o trabalho que vem sendo desenvolvido e compartilhassem da execução desse plano do Núcleo de Gestão Ambiental com enfoque territorial. A palavra foi passada para o Felipe (sobrenome e cargo não identificados), que agradeceu a oportunidade dada pelo Ministério Público para essa apresentação e disse que falaria falar um pouco sobre o Projeto de gestão ambiental territorial. Esclareceu que esse projeto está sendo gestado e formatado na SEMAD há cerca de dois anos e ressaltou que com a chegada do Dr. Alceu José Torres Marques o projeto teve uma oportunidade muito grande de florescer. Afirmou que há boas experiências no mundo inteiro nesse sentido de que a gestão territorial tem gerado os melhores resultados do ponto de vista de gestão pública no planeta, pelo fato de uma gestão territorial permitir que o analista consiga ter uma visão daquele impacto específico de uma atividade em um território. Para balizar a atuação, identificaram quais seriam os principais impactos ambientais que hoje existem no Brasil e que promovem perda de qualidade ambiental. Falou sobre o diagnóstico no mundo observador no Rio Mais Vinte, em que a qualidade ambiental vem caindo em decorrência da necessidade de desenvolvimento social. Falou do caso específico de Minas Gerais, em que o desmatamento provoca processos de desertificação no solo, que por sua vez provoca perda de capacidade produtiva. Como resposta a esses itens, criaram alguns princípios que vão a gestão ambiental por territórios, especialmente na regularização ambiental. Falou sobre a intenção de se promover a disponibilidade hídrica, e citou como consequências a proteção, a recuperação de nascentes, manutenção de “EPP’s”, proteção de áreas de recarga hídrica. Citou um estudo de um professor da USP de maneiras de promoção da preservação da água, de impacto até similar a uma floresta, sendo uma forma inteligente de se abordar a preservação de áreas de vegetação com relevância, com destaque para a Mata Atlântica, a formação de corredores ecológicos, a manutenção e a ampliação de “hotspots” de fauna, aumento da cobertura vegetal e recuperação de áreas minerárias. Disse que no caso de Minas Gerais, em relação a análise territorial, foi criada uma plataforma para dar segurança ao técnico para tomada de decisões do ponto de vista da análise ambiental, licenciamento e regularização para promover o impacto positivo e falou sobre a dificuldade atual em se fazer essa análise, ressaltando que a conclusão da Rio Mais Vinte foi que para se conseguir recuperar e manter o meio ambiente é preciso atuar em governança e em tecnologia. Disse que estão propondo uma ferramenta e falou da importância dessa ferramenta no sentido de fornecer informações atualizadas e geoespacializadas para se conseguir tomar decisões mais rápidas e melhores. Citou o tripé: informações atualizadas, informações confiáveis, informações geoespacializadas. Falou que é uma queixa também do sistema produtivo esses condicionantes e medidas que deem resposta para o impacto causado pelo empreendimento. Demonstrou a ferramenta em forma de mapeamento de imagens. Afirmou que se tem uma negociação muito mais segura e qualificada com o uso da ferramenta. Citou exemplos de negociações já realizadas nesse sentido. Afirmou que com essa ferramenta é possível mostrar para o empreendedor de uma forma muito clara quais são as áreas prioritárias para recuperação, inclusive impactando positivamente o empreendimento dele. Ressaltou que é um sistema de alta complexidade mas de simples entendimento e que existe a proposta de expandir esse modelo para as bacias mais críticas do Estado e acrescentou que este é um modelo por território e que a vantagem é que se consegue manejar de acordo com a necessidade do local. Concluiu dizendo que a expectativa é produzir qualidade ambiental com esse sistema para regularização. Se colocou à disposição e passou a palavra para o Dr. Alceu Marques, que afirmou que tem sido feito um trabalho técnico sério e responsável com muita qualidade e que com a ajuda de todos, da SOS Mata Atlântica, do Ministério Público, isso irá se potencializar para o bem de todos e do CNMP. Passou a palavra para o Presidente da Mesa Jarbas Soares, que explicou que o objetivo da Audiência é ouvir a sociedade cível mas como o



Estado de Minas Gerais está sendo posicionado pelo Brasil como o maior degradador da Mata Atlântica, teria que ter o contraditório de ouvir a defesa. Teceu alguns elogios sobre as apresentações. Passou a palavra para a Teca, do movimento “As Serras e Águas de Minas”, que iniciou contando sobre sua trajetória. Afirmou que acredita que o Ministério é a única instância em que se possa conseguir enfrentar tanto problema, entre eles a questão da Mata Atlântica. Disse que participa de três lutas que tem a ver com a Mata Atlântica. Uma é a Serra do Gandarela, a segunda maior área continua preservada de Mata Atlântica de Minas Gerais. Demonstrou com imagens o risco a que está submetida a Mata Atlântica dessa localidade. Um outro caso é a Fazenda Velha em Rio Acima ameaçada também pela mineração e que é um vale com Mata Atlântica com um conjunto íntegro. Disse que a empresa mineradora está assediando o Conselho de Patrimônio para que a área seja desprotegida. Trouxe também o caso do Rio Santo Antônio, área onde se pretende um novo complexo minerário, que é da Manabi. Mostrou todos os conjuntos de decretos minerários. Trouxe quatro reflexões chave para Audiência. Primeiro falou que é imprescindível que se olhe isso num sentido sistêmico, ou seja, é preciso olhar a questão da Mata Atlântica e isso significa água, pessoas, territórios, sistemicamente. O segundo paradigma é a questão de utilidade público e disse que é preciso questionar se mineração é atividade pública a partir do Decreto de 1941, época de ditadura, pois isso impacta comunidades tradicionais, pessoas, territórios. Lançou uma outra reflexão “será que a vida é negociável?”, pois em algumas situações não há como negociar e é dizer não e disse esperar contar com o Ministério Público. Concluiu fazendo um apelo ao S.O.S. Mata Atlântica, para que se coloque prioridade em ir a Rio Acima. Ainda acrescentou em relação à questão do estudo da SEMAD, manifestando que querem ter a oportunidade de ter isso de forma transparente. O Presidente da Mesa Jarbas Soares passou a palavra Dr. Valdeir de Souza Soares, Presidente da Comissão de Meio Ambiente de São José da Lapa, que iniciou ressaltando alguns problemas em relação à questão ambiental, de retrocesso em Minas Gerais, como exemplo a centralização da fiscalização. Ressaltou que não tem fiscalização do IEF. Dando continuidade, informou que essa centralização fez com que Minas Gerais retrocedesse, liderando o ranking cinco anos consecutivos no desmatamento. Informou também que se tratando de uma questão local de São José da Lapa, no ano de dois mil e dez, devido a construção da cidade administrativa e uma provável construção do rodoanel, foi decretado pelo Governo do Estado, através do decreto quarenta e cinco quinhentos e nove a unidade de conservação Parque Estadual Serra do Sobrado. Então, o Estado teria cinco anos pra fazer um plano de manejo e definir a sua zona de amortecimento. Ressaltou que o prazo termina em dois mil e quinze e o prefeito está com um projeto de expansão urbana do município, violando provavelmente essa zona de amortecimento, ignorando aquela resolução que determina que, num período de cinco anos, fica estabelecido um raio de três quilômetros dessa zona de amortecimento. Após, pediu que o Ministério Público ajudasse, tendo em vista que a especulação imobiliário no vetor norte está atropelando tudo, sem observar as leis. Ao final agradeceu devolvendo a palavra ao Presidente que, em seguida, passou a palavra para a Sra. Silvana Maria Costa – ACVerde, que informou que o Parque Estadual do Parque de Sobrado está ameaçado, tendo em vista que o prefeito, bem como o presidente do CODEMA que é um areeiro e dono de terras na área que vai ser urbanizada, não tomam os cuidados devidos, sendo que o presidente da CODEMA emite ofícios sem consultar os conselheiros, a exemplo. Na oportunidade, o Presidente informou que o Conselho oficiaria ao Ministério Público de Minas Gerais o assunto e logo após passou a palavra para um Participante não identificado que enfatizou a importância do estreitamento entra a academia, a sociedade e o governo. Dando seguimento, outro Participante não identificado questionou se oito e meio por cento da Mata Atlântica quanto é mata primária e quanto é estágio avançado, pois são os únicos fragmentos que se tem preservação considerável. Na ocasião, o Presidente informou que ouviria o Ministério Público Federal sobre o assunto e, em seguida, passou a palavra para a Sra. Glória que informou a empresa Biosfera Consultoria Ambiental, empresa no qual representa, observa que a Lei da Mata Atlântica, a sua intenção de preservação, muitas vezes o seu efeito prático, dessa intenção de preservação, vem exatamente na contramão daquilo que é preservação. Em



seguida, mostrou algumas imagens e fez algumas ressalvas, enfatizando algumas das temáticas do ponto de vista da regulamentação, que surgirão. Logo após, o Presidente informou que acionaria o Ministério Público de Minas Gerais e em seguida passou a palavra para a Sra. Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da AMDA, que ressaltou o problema do asfalto não respeitar a proteção de ativos ambientais. Destacou a importância do Ministério Público investisse no que é possível na questão de arrecadação de terras públicas, para proteção. Após, sugeriu que as coordenadorias de bacias fossem bem estruturadas como é a de Belo Horizonte, bem como sugeriu o aumento destas. Sugeriu, também que as cadeias produtivas fossem ampliadas para a atividade de agropecuária, pois os asfaltamentos das estradas está ampliando violentamente o cultivo de soja com os desmatamentos imensos. Dando continuidade, o Presidente passou a palavra para a Sra. Gisela Hermann, Diretora Presidente da ONG Valor Natural, que sugeriu que o Ministério Público atue com continuidade da ação, torne menos burocrático os processos e que atue de forma ágil. Em seguida o Presidente informou que o Ministério Público de Minas Gerais tem dado continuidade às ações, bem como tornado menos burocrático os processos e agindo de forma ágil no Brasil inteiro trabalhando em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça. Logo em seguida, passou a palavra à Sra. Adriana, representante do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais - MMDA, que se pronunciou em defesa dos mantenedores da fauna silvestre e apresentou a declaração de Cambridge, de julho de dois mil e doze, na qual ficou comprovado por neurocientistas que os animais sofrem e têm sentimentos como os humanos, têm vínculos familiares, têm necessidades de viver em seus habitat em liberdade e não existem em função das pessoas. Disse que os animais possuem vontades próprias e direitos próprios que são ignorados quando colocados de forma escravizada ao nos servir, nas diversas instâncias, no policiamento, no circo, na ciência e entre outras atividades. A representante expôs que a gravidade da extinção da fauna silvestre, principalmente da Mata Atlântica, é pouco considerada, sendo as ações de preservação de iniciativa das ONG's, pois o poder público não se manifesta. Propôs que haja um novo formato dos zoológicos para que esses estabelecimentos e essas instituições passem a investir efetivamente de forma aprofundada na pesquisa e preservação da fauna silvestre. Questionou quais os instrumentos possíveis e legais, além do TAC, que o Ministério Público pode utilizar e recorrer para proteger a fauna silvestre e sugeriu o fortalecimento do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Ministério Público e de todas as instâncias que lidam com a fauna e com o meio ambiente como um todo. A Sra. Adriana agradeceu ao Ministério Público a criação do grupo especial de defesa da fauna e da flora – G10 - representado pela Dra. Lilian Marotta e Dra. Luciana Emaculada e finaliza ressaltando que é preciso investir mais em educação humanitária. Devolvida a palavra ao Conselheiro Jarbas Soares Júnior, este agradeceu e disse que levará a proposta para o grupo de trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público de Meio Ambiente, para que eles avaliem o que o Conselho pode introduzir de política no Ministério Público sobre essa matéria. Logo após, passou a palavra à Sra. Ligia Vial Vasconcelos, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente – AMDA, que agradeceu ao Conselheiro e parabenizou o Ministério Público e Conselho Nacional pela audiência. A representante destacou os problemas causados pelo avanço muito grande da expansão urbana sobre as áreas da Mata Atlântica, sendo um dos problemas os grandes condomínios que vão sempre para as áreas mais preservadas em busca de paisagem e de forma licenciada. Informou que o setor imobiliário ainda é pouco vigiado e os municípios estão despreparados tecnicamente para conceder licenciamentos. Sugeriu para a promotoria, a possibilidade de trabalhar a conscientização municipal para começar a vigiar de perto que os municípios vão começar a licenciar, principalmente a questão de expansão imobiliária, porque esses municípios têm pouquíssima consciência de preservação, querendo que os grandes condomínios ocupem cada vez mais o seu território para gerar renda, imposto. Propôs também em um GT criado que, o que houver de supressão de Mata Atlântica, em estágio médio ou avançado, automaticamente deixasse de ser impacto ambiental local visto que há impacto sobre toda a sobrevivência do bioma que se estende por todo território brasileiro. Por fim, agradeceu devolvendo a palavra. O Conselheiro Jarbas Soares Júnior diz



que a questão sobre a descentralização e da forma como está sendo feita tem sido discutida com a AGU, que há reclamações das ações do Ministério Público e concorda que em relação os servidores públicos responsáveis pelo licenciamento, aquele que assina fica com uma carga e a decisão às vezes é política, mas que é preciso avaliar de todos os âmbitos. Disse ainda que o Ministério Público também não vai perder a sua razão de atuar, porém a participação do órgão em conselhos temáticos é uma questão que está sob crivo do Conselho Nacional do Ministério Público, fazendo algumas observações sobre este ponto. Em seguida cedeu a palavra ao Dr. Felipe Faria de Oliveira, coordenador das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri do MP/MG, que saudou a todos, agradeceu e parabenizou o Conselho Nacional e fez algumas considerações sobre a importância dessa audiência pública. O membro mencionou a possibilidade de atuação em conjunto do Poder Público com a sociedade, na defesa do meio ambiente e que poderia destacar várias frentes de atuação do Ministério Público nessa seara, mas em especial a atuação conjunta com a SOS Mata Atlântica. Fez um breve relato de sua atuação à frente da Coordenação Regional, em Diamantina, e ressaltou que essa união de forças pode ser muito eficiente e trazer resultados muito mais concretos. No relato de sua experiência, observou que o Ministério Público conseguiu perceber que o problema não é apenas de supressão, combativo, repressivo, mas sim uma ação preventiva e de resgate, e a partir disso, outros trabalhos foram sendo desenvolvidos estando em primeiro lugar, a análise de ajuizamento de ações para fim de proteção de unidade de conservação, que ainda são responsáveis, as grandes responsáveis pela manutenção da nossa biodiversidade, da fauna e da flora na Mata Atlântica. Ressaltou que o trabalho da SOS como um todo tem sido sensacional e tem ajudado ao Ministério Público a avançar na proteção da Mata Atlântica. Fez algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido em conjunto com a SOS Mata Atlântica e diz que o Ministério Público está aberto a todos, à sociedade civil, ao Poder Público para ouvir toda e qualquer pessoa para conseguir construir uma solução adequada ao desafio de proteger e conservar a Mata Atlântica, fez o devidos agradecidos e devolveu a palavra. O Presidente afirmou que o Ministério Público está se renovando e atingindo graus de excelência. Em seguida, passou a palavra para Dra. Cristina Seixas Graça - Promotora de Justiça do Meio Ambiente do MP/BA. A promotora mencionou que o MP da Bahia possui núcleos de atuação específicos, em defesa da Mata Atlântica e da Bacia São Francisco. Disse que o que foi visto hoje é o problema da proteção e da conservação da Mata Atlântica passa por uma gestão ambiental mal elaborada e malfeita ou seja, o que se vê em todos os municípios hoje, com a descentralização do licenciamento ambiental e da própria gestão ambiental com a Lei Complementar número 140, é que os municípios não estão efetivamente preparados para licenciar ou para fiscalizar as questões. Expôs que foi averiguado no Estado da Bahia licenciamento incorreto das supressões de vegetação em diversos municípios. Em relação ao cumprimento da legislação, o MP da Bahia elaborou um projeto “Município Eco Legal”, o qual avalia e orienta os municípios. Este também oferece um maior controle ao MP impedindo que a prefeitura suprima a vegetação sem uma competência técnica específica. Após, citou um projeto recente chamado “Floresta Legal”, que visa a proteção da caatinga, cerrado, e Bioma Mata Atlântica. Em seguida, enfatizou uma operação realizada na Bahia chamada “Corcel Negro”, o qual apurou quadrilhas de extração ilegal de carvão e trabalho escravo. Finalizando, passou a palavra ao Presidente. O Presidente agradeceu a Dra. Cristina Seixas Graça e passou a palavra à Dra. Sheila Pitombeira - Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente, Procuradora de Justiça do Ceará. A Procuradora de Justiça agradeceu ao Presidente e ao CNMP pela iniciativa da realização da audiência e enfatizou que na Audiência sobressaíram-se três tópicos. Em primeiro lugar, a legislação em geral e suas competências constitucionais entre os entes da federação com tantos problemas, lixões, resíduos, mata atlântica. Em segundo, a sociedade representada pelas entidades não governamentais. E finalmente, o poder econômico que força e que tem os seus interesses na maioria das vezes muito conflitado com a proteção ambiental. Ainda, destacou a importância da Audiência Pública para percepção da dimensão da situação e aprimoramento da atuação em defesa da sociedade, na perseguição de



um ambiente ecologicamente sadio e equilibrado. Concluindo, passou a palavra ao Presidente da Mesa, que agradeceu à Dra. Sheila Pitombeira, ao Ministério Público de Minas Gerais, ao CAOMA na figura do Carlos Eduardo Ferreira Pinta; à equipe do cerimonial, à Assessoria de Comunicação; à equipe do CNMP; a presença das entidades, das organizações, da SOS Mata Atlântica. Por conseguinte, ressaltou a necessidade de manter a essência do Ministério Público, que é a capacidade de se indignar com as situações. Após, citou alguns exemplos da sua atuação como Presidente da Associação do Meio Ambiente do Ministério Público, tais como, o encurtamento de um ano de mandato e da possibilidade de apenas uma reeleição, bem como a abertura da entidade para o Judiciário e a sociedade. Agradecendo, finalizou a Audiência.

PRINCIPAIS QUEIXAS E SOLICITAÇÕES

PARTICIPANTE 1	
Nome:	Márcia Hirota
Instituição e Cargo:	Diretoria Executiva e de Gestão do Conhecimento da Fundação SOS Mata Atlântica
Demanda:	<p><i>“Mas o que nos preocupa é esse aumento nesses últimos dois anos, nós tivemos um aumento de 9% comparado com o ano anterior e hoje nós temos 8,5%. Esse total soma áreas acima de cem hectares, que é um número que a gente vem avaliando por conta do histórico de desmatamento. Mas se a gente considerar todas as áreas acima de três hectares, nós temos 12,5%; e se a gente somar todas as áreas naturais, como eu vou mostrar depois, esse índice é um pouquinho maior.”</i></p> <p><i>“Nós tivemos, nesse último ano, 23.948 (vinte e três mil, novecentos e quarenta e oito) hectares de desmatamento; considerando dez estados que foram monitorados, nós tivemos um aumento de 9% eh comparado com o período anterior.”</i></p> <p><i>“Então, um esforço que a SOS Mata Atlântica vem fazendo em parceria com a conservação internacional é um programa de incentivo às reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica, fazendo com que proprietários de terras também participem desse esforço de conservação.”</i></p> <p><i>“O Paraná no lado leste tem a serra do mar e, no oeste, o Parque Nacional é do Iguaçu, que está extremamente ameaçado.”</i></p> <p><i>“Bom, aqui no caso de Minas Gerais, como eu falei, é o estado campeão de desmatamento ao longo dos anos. Esse último ano, foram 8.437 (oito mil quatrocentos e trinta e sete) hectares ... E aqui tem um dado que é importante, graças à moratória, nós tivemos uma redução de 49%. Foram sete meses em que nós tivemos uma média de 800 e depois, de maio até outubro, de 492/ 452 “</i></p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Estados da Mata Atlântica: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, e Piauí.



PARTICIPANTE 2	
Nome:	Mario Cesar Mantovani
Instituição e Cargo:	Diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica
Demanda:	<i>“(...) Hoje gastando mais dinheiro o Brasil com desassoreamento do que com saneamento. E a Dilma entregando Poclain pra tirar terra de dentro de rio, é inacreditável ... eh/ eu/ não/ imagino a presidente entregar Poclain nos municípios. Sabe o que é Poclain né? é aquela escavadeira que tah sendo entregue, município por município. Não tem cabimento isso. É o fim dos tempos, mas eh isso é questão pessoal.”</i>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Não ficou claro a área de abrangência.

PARTICIPANTE 3	
Nome:	Alceu José Torres Marques
Instituição e Cargo:	Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais
Demanda:	

PARTICIPANTE 4	
Nome:	Daniela Diniz Farias
Instituição e Cargo:	Subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da SEMAD



Demanda:	<p><i>“Mas eu preciso reafirmar aqui que eh esse plano precisa ser efetivamente executado, o governo de Minas precisa ter esse compromisso, além da palavra de disponibilizar esse orçamento pra que a gente consiga essa execução. E nós, da Secretaria do Meio Ambiente, enquanto servidores efetivos, temos a convicção de que sem esses valores e sem a efetivação desse plano, a gente vai continuar liderando esse ranking...”</i></p> <p><i>“Nesse ano de 2014, nós investimos em duas grandes operações também, e as nossas operações tem sido focadas nessas regiões que o SOS identifica como sendo as maiores desmatadoras, que é o Alto Mucuri, o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas.”</i></p> <p><i>“(...) Essa prisão decretada em Novo Cruzeiro – um grande desmatador que inclusive está até ameaçando a nossa equipe técnica. A gente comemorou como um gol mesmo.”</i></p> <p><i>“Eu queria reforçar com vocês o quanto nós nos sentimos incomodados com esse/ essa liderança em grande desmatador, mas dizer aqui pra vocês que nós temos essa pauta Mata Atlântica como prioritária.”</i></p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Minas Gerais

PARTICIPANTE 5

Nome:	Germano Luis Gomes Vieira
Instituição e Cargo:	Chefe de Gabinete da SEMAD
Demanda:	

PARTICIPANTE 6

Nome:	Felipe
Instituição e Cargo:	Funcionário efetivo da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM - desde 2006



Demanda:	<p><i>“Todo mundo conhece aqui como funciona o licenciamento né? A gente tem um modelo que remonta a década de oitenta, é um modelo cartorial, análise de papel, sem visão territorial e que, na verdade, gera insegurança inclusive pra gente né, ah/ ah.../. Nós mais do que ninguém, que vivemos isso dia-a-dia, a gente sabe da dificuldade, de realmente/ de tentar fazer uma análise, produzir um processo que produza a qualidade ambiental e a gente também, confidenciando aqui né secretário, a gente se ressentido disso.”</i></p> <p><i>“Isso é uma coisa também que a/ o próprio setor produtivo s/ neh/ se queixa, que a gente tenha m/ condicionantes e medidas que deem re/ resposta pra aquele impacto causado pelo empreendimento: a questão do desenvolvimento regional, a melhoria dos indicadores de qualidade ambiental, social e econômica, a questão da gente ter um banco de dados que permita rapidamente acessar informações de forma confiável e passar essa informação, seja pra sociedade seja pro Ministério Público, e ainda em cima disso a gente aperfeiçoar o nosso arcabouço. “</i></p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Minas Gerais
PARTICIPANTE 7	
Nome:	“Teca”
Instituição e Cargo:	Movimento pelas Serras e Águas de Minas



Demanda:

“(…) Um é a Serra do Gandarela, é a segunda a/ maior área continua preservada de Mata Atlântica de Minas Gerais, tem duas imagens eh/ aqui tá uma proposta de proteção no edital dessa audiência pública falava de unidades né, maneiras de proteger a Mata Atlântica. Essa proposta hoje está na Casa Civil, na mão da Presidente Dilma, e aquilo que era construção no sentido realmente de preservar a região, provavelmente tá uma coisa desse tipo que coloca em risco 18.000 (dezoito mil) hectares de Mata Atlântica preservada, inclusive com trechos de Mata Atlântica primária, sem ter sido estudado o conjunto dos dezoito mil hectares. (...) Os cinco cenários que tem de proteção, se for concretizado o que é de interesse do estado de Minas, o que é interesse do governo Federal e o que é interesse da mineração, de um total possível de preservar de dezoito mil hectares, vão sobrar oito mil hectares. E esses oito mil hectares correndo o risco de não sobreviverem.”

“Um outro caso é a Fazenda Velha em Rio Acima ameaçada também pela mineração, é um vale com Mata Atlântica, um conjunto íntegro, perfeito, pelos próprios mapas do S.O.S. Mata Atlântica. Isso tá como área totalmente importante, a prefeitura municipal de Rio Acima, através do prefeito e do Conselho de Patrimônio, hoje tá protegido provisoriamente com tombamento. Essa área são onze mil hectares de Mata Atlântica totalmente preservada. Vocês estão vendo ali no meio é o vale do córrego Fazenda Velha. Esse é o lugar onde existe a pretensão de uma barragem de rejeito onde toda essa área ficaria em baixo da barragem de rejeito, a dois mil metros do Rio Das Velhas. Essa área tá preservada, hoje a empresa mineradora continua assediando o conselho de patrimônio, vereadores, pra mudar a legislação, pra desproteger essa área e pra que não fique mantido essa proteção que tá sendo feita.”

“Temos que questionar, juntos, se mineração é atividade pública a partir do decreto de 41.941, à época de ditadura. Nós temos que ter condições, vocês, com todo o acervo de pessoas e nós sociedade, vivemos impactos ou ameaçados ou sensibilizados, que mineração é questão de utilidade pública. Não é real. Se nós colocarmos até economicamente em dados, a mineração não é utilidade pública, principalmente se ela coloca em risco verdadeiras utilidades públicas que são legais, que geram e produzem água, como a Fazenda do Gandarela e o Espinhaço onde está a Manabi querendo se instalar. Então, a questão da utilidade pública, ela é fundamental. Nós não podemos continuar tendo decretos do Governador do Estado de Minas, Aécio e Anastasia, declarando de utilidade pública pra passar minerodutos, isso impacta comunidades tradicionais, pessoas, territórios. Isso é uma total falta de bom senso.”

“(…) nós estamos lutando pela sobrevivência, porque se aquilo acontecer na bacia de Santo Antônio, tá se colocando em risco toda aquela população, pra exportar todo minério de Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Santa Maria de Itabira, e/ a/ e/a acabar com tudo, e isso é em todas as bacias.”

“Por último, um apelo ao S.O.S. Mata Atlântica, vocês falaram desse plano, planos municipais de Mata Atlântica eu estou fazendo um apelo em audiência pública para que vocês coloquem prioritariamente ir a Rio Acima. É uma prefeitura onde o prefeito está na vanguarda; está na contra mão de tudo o que dizem, que é desenvolvimento e está pleitando a mineração pra defender a Serra do Gandarela que está protegida no território. E pra proteger a Fazenda Velha, eu estou fazendo um apelo ao S.O.S Mata Atlântica, porque nós nunca tivemos a oportunidade de ter as nossas demandas atendidas que não são nossas, são da Mata Atlântica nas lutas onde a gente tá, que por favor



Área de Abrangência do Pedido / Providência	Minas Gerais
--	--------------

PARTICIPANTE 8

Nome:	Valdeir de Souza Soares
Instituição e Cargo:	Presidente da Comissão de Meio Ambiente de São José da Lapa
Demanda:	<p><i>“(…) mas eu quero trazer aqui algumas eh/ pautas, alguns retrocessos que tivemos em Minas Gerais, em relação a questão ambiental, por exemplo, a centralização da fiscalização. Não temos ninguém aqui do IEF né, hoje você vê, centralizou, nós passamos a liderar eu acho que é a questão hoje da IEF, FEAM e IGAM, não tem poder mais de autuar, de fiscalizar ... eles não notificam, não multam. Essa centralização, eu acho que foi ruim para o Estado, a gente retrocedeu, tanto que lideramos agora o ranking, cinco anos consecutivos no desmatamento.”</i></p> <p><i>“Mas o que eu queria colocar aqui é uma questão mais local, uma questão de São José da Lapa. No ano de 2010, mais precisamente 25/10/2010, como condicionante, devido a degradação ambiental, devido a construção da cidade administrativa e uma provável construção do rodoanel, foi decretado pelo Governo do Estado, através do decreto 45509 a unidade de conservação Parque Estadual Serra do Sobrado. Então, essa unidade foi decretada em 2010 e ... o estado teria cinco anos pra fazer um plano de manejo e definir assim a sua zona de amortecimento. Infelizmente termina em 2015 o prazo do estado e o prefeito municipal está agora com um projeto de expansão urbana do município, violando provavelmente essa zona de amortecimento, ignorando aquela resolução que determina que, num período de cinco anos, fica estabelecido um raio de três quilômetros dessa zona de amortecimento. Infelizmente a gente vem aqui pedir socorro, o estado instituiu, não cuidou, não fez o plano de manejo e agora essa unidade de conservação pode ficar sem a sua zona de amortecimento devido o projeto de expansão do poder executivo do município. Então, eu gostaria aqui de pedir ao Ministério Público, uma ajuda tendo em vista que nós sabemos hoje que a especulação imobiliária no vetor norte está atropelando tudo, nem observando as leis.”</i></p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Minas Gerais

PARTICIPANTE 9



Nome:	Silvana Maria Costa
Instituição e Cargo:	ACVerde
Demanda:	<p>“(…) nós montamos neh/ uma associação no município de São José da Lapa (...) porque tentamos conversar com o prefeito, porque o projeto de expansão urbana é de autoria dele; tentamos cercar alguma área importante pro parque, propomos emenda e ele nem sequer recebeu a gente. Então amanhã (20/08/2014), o projeto dele vai ser votado, a gente já sabe o placar. Vai ser aprovado amanhã, às 16 hs. Já estivemos em algumas reuniões, mas eles atropelaram, eles não aceitam opinião. A visão deles é toda faturar, ganhar dinheiro, ninguém enxerga a necessidade de conservar até pras gerações futuras. Então, a gente tá aqui, nós tivemos notícias que tem algumas coisas andando, um decreto da zona de amortecimento, mas ele tá meio agarrado. O ideal seria que ele saísse hoje antes dessa votação amanhã, mas parece que mesmo que ele sai depois, e com um monte de irregularidades que há nesse projeto. A coisa pode dar certo mais na frente, mas o ideal seria que esse decreto saísse antes de amanhã, porque aí cortava todas, o projeto deles cairia por terra.”</p> <p>“Uma outra coisa que eu quero denunciar e isso não é só em São José da Lapa, o CODEMA é viciado. O CODEMA lá, eh/ o presidente é um areeiro e dono de terras eh/ na área que vai ser urbanizada, então ele eh/ é prepotente, ele emite ofícios sem consultar os conselheiros ... é uma coisa assim, incrível. Então eh/ a situação ambiental de São José da Lapa está ameaçada, o Parque Estadual do Parque do Sobrado está ameaçado neh/ no contexto que a gente tem.”</p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Minas Gerais

PARTICIPANTE 10

Nome:	Participante não identificada
Instituição e Cargo:	Vinculada a instituto de pesquisa



Demanda:	<p><i>“E isso ainda tem um outro agravante, que é assim, nós temos 472 espécies ameaçadas de extinção. Dessas eu não sei quantas estão distribuídas na Mata Atlântica, mas com certeza elas estão entre as maiorias; dessas 472, 114 espécies não tem um registro se quer de onde estão localizadas a ocorrência delas. Visto tudo isso eu pergunto, o Brasil vai perder, o Brasil não vai perder a condição de signatário da convenção da diversidade biológica?”</i></p> <p><i>“(…) outra experiência que tem um problema. Hoje que é o fomento ao plantio de candeia, o estado fomentou, a UFA fez estudos de todo o processo da candeia; então são só duas imagens pra dizer o potencial de regeneração da área pelo fomento da candeia. Mas que hoje está num vazio legal, porque o próprio estado, em função de não da dificuldade de fiscalização cortou os planos de manejo e suspendeu; por isso então há uma insegurança, uma grande insegurança jurídica, né. Isso são alguns elementos, e também há grande insegurança jurídica em relação a outras a atividades hoje que estão na ilegalidade.”</i></p> <p><i>“A Daniela, na sua excelente exposição ali, falou Daniela, que a questão de Mata Atlântica hoje, que é uma questão do estado mas relatos recentes de técnicos do ICMBio e do próprio estado que andaram transitando aí pelo norte de Minas Gerais, falaram da situação catastrófica do desmatamento. Uma pessoa me disse inclusive que é, uma coisa observada, que foi o desmatamento agora ele inclusive está acontecendo pra garantir posse de terras. E um dos motivos disso é o asfaltamento de rodovias é o plano, a campanha política do governo que sabe que asfalto também dá voto.”</i></p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Minas Gerais

PARTICIPANTE 11	
Nome:	Maria Dalce Ricas
Instituição e Cargo:	Superintendente Executiva da AMDA:



Demanda:	<p><i>“(…) O outro (pedido) é que o Ministério Público investisse no que é possível na questão de arrecadação de terras públicas para proteção, é uma questão que tem continua sendo relegada, o último plano pelo poder executivo e que se o Ministério Público tiver competência jurisdicional pra fazer, eu acho que nós podemos arrecadar muitas terras públicas; inclusive no norte de Minas, onde estão os maiores ativos. Lá, onde a mata seca também está sendo jogada no chão, que poderia ser transformada em unidade de conservação, ou reserva de desenvolvimento sustentável etcetera e tal. Se isso institucionalmente o Ministério Público puder fazer, isso é uma coisa que nós gostaríamos muito. “</i></p> <p><i>“Sugeri também que as coordenadorias de bacias fossem tão bem estruturadas como é o CAOMA de Belo Horizonte, ou seja, que o Felipe, que o Leonardo que todo mundo tivesse também um quadro técnico que permita mais agilidade, que as vezes a equipe aqui de Belo Horizonte tá sendo demandada por uma coordenadoria e a outra precisa de muita coisa lá e ela não tem técnico suficiente. Então, se o Ministério Público pudesse aumentar a estrutura dessas coordenadorias regionais seria muito bom. “</i></p> <p><i>“O Ministério Público fez isso muito em relação à máfia do carvão, eu acho que conseguiu muitos êxitos, apesar de que a Daniela mostrou hoje que o desmatamento na época do ... destinado a carvão, e quem compra é o bando de bandidos de cruzeiros a gente sabe disso, quer dizer, é uma questão da cadeia, essa investigação da cadeia produtiva acho que é uma ação muito importante do Ministério Público. E eu sugeriria, se possível, institucionalmente, que ela fosse ampliada para atividade de agropecuária, porque nós acabamos de saber, pelo pessoal do WWF que atua na região de Paraguaçu no norte de Minas, que o asfaltamento das estradas que valorizou muito as terras ampliou assim, está ampliando violentamente o cultivo de soja com os desmatamentos imensos e quem compra a soja é a Petrobras. ”</i></p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Minas Gerais

PARTICIPANTE 12

Nome:	Gisela Herrmann
Instituição e Cargo:	Diretora Presidente da ONG Valor Natural



Demanda:	<p><i>“A minha proposta pro Ministério Público eu, sugiro que o ministério atue com três valores muito profundos que eu acho que é o que afeta a área ambiental e o próprio país. Um é continuidade de ação, não sei quanto o Ministério Público pode influenciar isso, não sei como vocês vão fazer; mas tentar que as instituições públicas mantenham continuidade na ação e a continuidade da ação. (...) Então, pra manter as ações de longo prazo pra recuperação e conservação da Mata Atlântica, precisa de continuidade, e não é o que ocorre; cada nova gestão inventa a roda, chega com novos nomes. É horrível dizer isso, mas é verdade; você está num trabalho de gestão territorial, que é uma coisa que a gente vem tentando há anos. Não acho que o país não tem exemplo, o país tem exemplo sim, não consegue consolidar. E porque que não consegue consolidar? Uma série de motivos, eu chamo atenção pra um, que eu acho importante, que é continuidade de ação que normalmente a gente não tem. Como o Ministério Público vai fazer pra ajudar a forçar a continuidade de ação eu não sei, é um desafio pra vocês.”</i></p> <p><i>“O segundo depois de continuidade é desburocratização, tornar menos burocrático os processos. Essa coisa também afeta o país inteiro mas principalmente na área ambiental. Quando o empresário fala de um processo de licenciamento a gente ambientalista até se arrepiava porque eles colocam tudo na conta ambiental, de certa forma de certa forma não eles tem razão também, eles tem razão. O processo ambiental ele é tudo de qualquer tramitação, ele é tão complexo, ele é tão burocrático, que ele é de difícil acompanhamento. Às vezes você escolhe, ok, eu vou acompanhar determinado assunto, você se perde, ou você é não existe essa ONG, mas se existisse, com um grande escritório de advocacia ou é impossível acompanhar os processos porque eles são burocráticos e os fundos são burocráticos. A gente tem no FIDRO um grande potencial e não consegue implementar projetos porque a burocracia do fundo é extremamente grande. E também não sei como o Ministério Público pode contribuir, mas acho que deveria ser um valor a ser encarado pra tirar a área ambiental, você me desculpe a palavra, mas tirar a área ambiental do buraco, que eu acho que ela se encontra nos últimos anos.”</i></p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Não ficou claro a área de abrangência.

PARTICIPANTE 13	
Nome:	Adriana (sobrenome não claramente identificado)
Instituição e Cargo:	Representante do MMDA:



Demanda:	<p><i>“A gravidade da extinção da nossa fauna silvestre, principalmente da Mata Atlântica, essa biodiversidade maravilhosa tão pouco considerada, quando a gente vê algo por elas é por iniciativa das ONG’s. O poder público não se manifesta, e quando isso acontece de forma muito é de forma muito simplória. E aí que aja um novo formato dos zoológicos, para que essas instâncias, esses estabelecimentos, essas instituições passem a investir efetivamente de forma aprofundada na pesquisa e preservação da nossa fauna silvestre ... menos girafas, menos gorilas e mais tamanduás bandeiras, onças pintadas e suçuaranas, antas e outros né, o tatu bola que foi uma piada né, um desrespeito o que fizeram com esse animal, nenhum investimento, nenhum repasse de verbas, pra efetiva preservação desse animal. O mesmo acontece também com as maratonas que acontecem no nosso zoológico, outro absurdo, com a desculpa de que é pra preservar, esse animal está ali, escravizado, aprisionado.”</i></p> <p><i>“O caso do Leonardo Maciel é um absurdo, pra quem não conhece, ele tem na clínica dele, que ele custeia do bolso dele, um monte de animal que vem do tráfico, e desse outros todos ai ações humanas so com dinheiro dele. Então, que haja investimento constante, não sei como, repasse de verba constante e fiscalização, e aí a aplicação vai ser correta. Então, que o poder público disponibilize espaço pra e repasse de verba, porque só levar os animais mutilados, isso é obrigação do poder público, na Constituição Federal, art. 225.”</i></p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Não ficou claro a área de abrangência.

PARTICIPANTE 14

Nome:	Ligia Vial Vasconcelos
Instituição e Cargo:	AMDA



Demanda:	<p><i>“E eu deixo como uma sugestão até pra promotoria, a possibilidade de começar agora a pleitear, porque essa descentralização agora ela inevitável né ... óbvio, ela é uma questão constitucional né de separação de poderes, mas vamos ter que começar a trabalhar a conscientização municipal pra começar a vigiar de perto que os municípios vão começar a licenciar. Nós sabemos principalmente essa questão de expansão é imobiliária, porque é o que os municípios querem, eles tem pouquíssima consciência de preservação, o que eles querem é IPTU, grandes condomínios e cada vez mais ocupados no seu território pra gerar renda, imposto. Então, eu queria colocar essa questão porque eu acho que ainda é muito (...) nós estamos engatinhando muito. E a Lei da Mata Atlântica, nesse ponto, acho que tem um grande gargalo, uma grande falha; porque a lei simplesmente, se o município transforma aquela área como urbana, automaticamente ele já pode implantar o condomínio, ou expandir, preservando, sei lá, trinta ou cinquenta por cento, dependendo da data de aprovação da lei que transformou em urbano. Mas tem áreas se tem estágio avançado de regeneração de Mata Atlântica, que não serve pra ser urbano, nós não precisamos implantar um condomínio de luxo do lado de uma unidade de conservação com Mata Atlântica em estágio avançado e a lei permite isso. Então assim o município ainda esse por exemplo esses trinta por cento que é pedido pra locar pra preservação, nem isso é respeitado pelos municípios ou, se é feito é feito, sem nenhum critério técnico, sem saber a onde que essas áreas vão ser preservadas, qual que e a função, a efetividade de conservação do bioma.”</i></p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Dúvidas quanto ao local.

PARTICIPANTE 15

Nome:	Felipe Faria de Oliveira
Instituição e Cargo:	Coordenador das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri do MP/MG
Demanda:	

PARTICIPANTE 16

Nome:	Cristina Seixas Graça
Instituição e Cargo:	Promotora de Justiça do Meio Ambiente do MP/BA



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Demanda:	<p><i>“O que nós vimos aqui hoje, de uma forma bastante resumida, é que o problema da proteção e da conservação da Mata Atlântica passa por uma gestão ambiental mal elaborada, mal feita; ou seja, o que nós vemos em todos os municípios hoje com a descentralização do licenciamento ambiental e da própria gestão ambiental com a lei complementar cento e quarenta, é que, os municípios não estão efetivamente preparados para licenciar ou para fiscalizar as questões. Primeiro que os municípios não têm capacidade de formar equipe técnica e isso é geral. (...) Então, os municípios então licenciando tudo, tudo, tudo, tudo; sem nenhuma condição. Nós tivemos um caso muito interessante de um município que ele tinha, o único técnico que licenciava, era o mesmo que fazia os estudos ambientais, ou em tese, as análises técnicas para as empresas que estavam se licenciando, evidentemente um equívoco imenso.”</i></p>
Área de Abrangência do Pedido / Providência	Dúvidas quanto ao local.

PARTICIPANTE 17

Nome:	Sheila Pitombeira
Instituição e Cargo:	Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente, Procuradora de Justiça do Ceará
Demanda:	

O Conselheiro Jarbas Soares Júnior agradeceu a presença de todos e finalizou a Audiência Pública.